



Sarney na reunião da Aladi: "A crise não deve servir de empecilho à integração"

Presidente acha que visita ajuda democracia uruguaia

Rosenthal Calmon Alves

Enviado especial

Montevideu — O documento mais importante a ser assinado hoje, último dia da visita do Presidente José Sarney ao Uruguai, será o comunicado conjunto, cujo texto de quatro páginas (20 parágrafos) foi detalhadamente examinado durante duas horas por Sarney e o Presidente Júlio Sanguinetti. O documento reitera o apoio dos dois países ao Grupo de Contadora (sobre a paz na América Central) e ao Grupo de Cartagena (sobre a questão da dívida externa) e condena severamente o apartheid e a militarização das ilhas Falklands (Malvinas).

O Embaixador Rubem Ricúpero, assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, explicou que esta foi a primeira vez que os Presidentes cuidaram pessoalmente de alterar os detalhes do comunicado conjunto. Nas viagens presidenciais anteriores os textos eram previamente acertados pelos assessores, às vezes, antes mesmo da viagem.

Sarney comentou com seus auxiliares diretos que está contente com a sua primeira viagem ao exterior como chefe de Estado, especialmente porque se convenceu de que assim está

colaborando com a estabilização da recente e frágil democracia uruguaia, ainda submetida a um certo controle dos militares. No Uruguai, é bom lembrar, está em vigor até o dia 28 de fevereiro o Ato Institucional número 19, cuja vigência foi combinada entre os militares e os políticos para garantir uma transição pacífica.

Além do comunicado conjunto, serão assinados vários acordos bilaterais. Um dos mais importantes será o de instalação de uma comissão mista de coordenação de um amplo tratado assinado em 1975. Esta comissão cuidará de temas específicos como o desenvolvimento das regiões fronteiriças de Chuí e Rivera—Santana do Livramento e maior cooperação comercial.

Ricúpero explicou que o tema que ocupou mais os negociadores brasileiros e uruguaios e os Presidentes foi justamente o comércio. Até o fim da reunião de Sarney e Sanguinetti ainda não fora fixada, por exemplo, a cota de carne que o Brasil se comprometerá a comprar do Uruguai.

Em Assunção, o diretor geral da Itaipu Binacional, o paraguaio Enzo Debernardi, informou que os Presidentes José Sarney e Alfredo Stroessner poderão se encontrar em outubro no canteiro de obras da hidrelétrica.

Na Aladi, Sarney defende a integração

Durante a visita à sede da Aladi (Aliança Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração), organismo criado em 1980 para substituir a Alalc no esforço de uma integração comercial da América Latina, o Presidente José Sarney disse que a região vive hoje "a mais grave crise" que a sua história registra, mas garantiu que isso não deve servir de empecilho para cumprir o velho ideal integracionista.

Sarney aproveitou a oportunidade para novamente criticar o protecionismo dos países industrializados em relação aos produtos das nações devedoras, como as da América Latina:

— Nossos problemas agravam-se ainda mais na medida em que as soluções propostas para fazer face aos desajustamentos econômicos não são seguidas nos países desenvolvidos. Obrigados a honrar pesados compromissos financeiros, nossos países vêem dificultado nos merca-

dos dos países credores o acesso de seus produtos de exportação. Com o crescente protecionismo, multiplicam-se as nossas dificuldades para gerar os saldos com que poderíamos pagar nossas contas.

O Presidente criticou enfaticamente o "descontrole das taxas de juros internacionais, cuja imprevisibilidade e função de políticas econômicas praticadas de forma unilateral", reiterando assim a posição que manifestara pouco antes, no Congresso.

Finalmente, Sarney aproveitou o foro da Aladi para elogiar a atitude do "consenso de Cartagena", um grupo de 11 países latino-americanos que se propõem a articular ações conjuntas e apontar soluções para a questão da dívida externa. Observou que esses esforços de Cartagena são desenvolvidos "sem qualquer veleidade de confrontação ou desejo de radicalização".

Moderados reivindicam mais cargos

Brasília — "Mudanças no ministério só se justificariam com deslealdade, desonestidade ou incompetência", opinou o Ministro dos Transportes, Affonso Camargo, em resposta à reivindicação de maior participação no Governo feita pelo grupo Unidade, que reúne os moderados do PMDB.

O Deputado Milton Reis (MG), que articula com Camargo e o Deputado Oswaldo Lima Filho (PE) a reaglutinação dos moderados, com vistas à eleição do Diretório e da Executiva nacional, em dezembro, disse que sua corrente não está representada "no Governo nem nos órgãos partidários, na proporção de nossa força real".

O Deputado Roberto Cardoso Alves (SP), secretário-geral do PMDB e também moderado, declarou que "a participação da esquerda no Governo e na liderança do PMDB não corresponde à sua representatividade na nação".